

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século
XXI.**

Mudanças, impactos e perspectivas.

**GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América
Latina en el siglo XXI**

**Potencialidades e limites da política sindical combativa na década de 1990: uma
análise a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região**

Autor: Fagner Firmo de Souza Santos

**Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -
Unicamp**

Potencialidades e limites da política sindical combativa na década de 1990: uma análise a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região na década de 1990, buscando investigar como um Sindicato que se manteve crítico ao sindicalismo propositivo se comportou diante de uma conjuntura recessiva, na qual foi imperativa a ideologia neoliberal que buscava tanto dentro, como fora da fábrica legitimar um discurso de conciliação entre capital e trabalho. Para tanto, buscaremos, a partir da análise de documentos, dados oficiais (SEADE, IBGE, IPEA, etc.), depoimentos de diretores e de bibliografia específica, problematizar a relação entre o Sindicato e a CUT nesse período, bem como suas atuações diante de uma nova política empresarial que buscou a adesão do trabalhador.

1. Objeto

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (SMCR) representa uma das maiores bases metalúrgicas do país, com cerca de 40 mil trabalhadores¹. Até 2008, quando romperam com a central, era um dos mais importantes sindicatos filiados à CUT. Até então havia destoadado das ações políticas por ela adotadas, sobretudo durante a década de 1990.

Desde 1984, quando a Oposição Sindical venceu as eleições sindicais, pondo fim à antiga gestão, então alinhada com a política sindical do Regime Militar, os metalúrgicos de Campinas buscaram manter e ampliar a atuação dos organismos de base, responsáveis em grande medida pela vitória da Oposição. Porém, ao contrário das políticas-organizacionais propostas pelas duas principais correntes cutistas, Movimento de Oposição Sindical de São Paulo e os Sindicalistas de São Bernardo do Campo, que propunham, respectivamente, uma ruptura com a estrutura sindical oficial a partir da criação de comissões de fábrica e a integração das organizações de base à estrutura sindical, os sindicalistas de Campinas propunham uma articulação política-ideológica entre base e sindicato, de modo que os organismos de chão de fábrica fossem críticos quando uma diretoria não defendesse seus interesses e aliados quando atuasse em conjunto².

Frustradas as tentativas de criação de comissões de fábrica, uma vez que, segundo os sindicalistas, houve intransigência das administrações das empresas, além da perseguição a vários militantes sindicais, sobretudo após a Campanha Salarial de março de 1985, os sindicalistas de Campinas optaram por um trabalho clandestino (denominados grupos de fábrica) no interior das fábricas³.

A atuação desses grupos passou a pautar as ações do Sindicato, buscando solucionar inúmeros problemas enfrentados pelos trabalhadores: más condições de trabalho, longas jornadas, truculência das chefias, etc. além das ações conjuntas, sobretudo nos períodos de campanhas salariais, coordenadas pela diretoria. Portanto, foram importantes e decisivos nas ações sindicais desde então, além de serem

¹ Dados obtidos junto à diretoria.

² Caderno de resoluções do I Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Campinas, setembro de 1985 (Setor de Documentação).

³ Pudemos analisar a atuação dos grupos de fábrica no período de 1984-1991 no mestrado realizado junto ao Programa de Pós Graduação da UNESP/Araraquara.

importantes espaços aglutinadores de novos quadros de militantes sindicais que recebiam cursos de formação tanto política, quanto sindical.

Tal política organizacional do SMCR adentrou a década de 1990 e se mostrou importante contra os impactos das políticas neoliberais no setor, tais como o contrato temporário de trabalho, longas e extenuantes jornadas de trabalho (agora travestidas de políticas empresariais como o banco de horas, além das já adotadas horas extras), doenças do trabalho etc. além de legitimar os posicionamentos políticos-ideológicos da diretoria (por exemplo, a não adesão aos programas de qualidade total, como mostra Fayardo, 2005). Porém, não conseguiu evitar o grande número de demissões⁴, a introdução de espaços de consentimento da subjetividade operária, tais como os genéricos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e, nem mesmo as terceirizações no setor (Marcelino, 2004; Previtalli, 2002; Previtalli, 1996; Oliveira, 2004; Pinto, 2011).

Diante de tais desafios, o que significou manter uma política sindical combativa? Quais limites foram colocados a ela, uma vez que não conseguiu barrar a onda de demissões e as políticas empresariais do setor na Região, malgrado as conquistas?

Para tentar responder tais questões analisaremos as características gerais da reorganização do capital, focando os impactos causados no parque industrial da Região de Campinas. Neste aspecto, acreditamos que, por representar trabalhadores de um parque industrial que está inserido numa ampla cadeia produtiva global, a política sindical adotada pelos metalúrgicos campineiros não conseguiu dar uma resposta à altura das transformações que ocorreram.

Porém, tal constatação, no entanto, exige que analisemos os aspectos políticos e ideológicos que permeiam o meio sindical na década de 1990. Pois, como já dissemos, a política de ação sindical do SMCR destoava da da cúpula da CUT, impedindo a construção de uma pauta política conjunta que pusesse obstáculos aos impactos negativos da reorganização do capital.

É consenso na bibliografia sobre a CUT a inversão política-ideológica que sofreu ao longo dos anos 1990⁵. Segundo os autores, a central, que até então se pautava por uma política combativa, passou por um processo de burocratização ainda nos anos 1980 e

⁴ Até meados de 1989 a base metalúrgica de Campinas e Região contava com cerca de 70 mil trabalhadores em sua base, segundo levantamento da Subseção do DIEESE. Ao final de 1991, pelo menos 10 mil trabalhadores tinham sido desligados, anunciando uma tendência que, ao longo da década se agravou, salvo alguns momentos de recuperação econômica.

⁵ Ver Jácome Rodrigues, 1997; Martins Rodrigues, 1990; Galvão, 1996; Galvão, 2007; Antunes, 1999; Alves, 2000.

durante a década de 1990 adotou uma postura conciliatória, propositiva. São exemplos dessa fase os acordos nas Câmaras Setoriais, as participações nos programas nacionais de qualidade total e as ambíguas posições tomadas frente às propostas de flexibilização das leis trabalhistas e da reforma sindical.

Tendo em vista, portanto, o cenário político, econômico, social e ideológico do período, o presente trabalho pretende analisar a relação entre o SMCR e a CUT, sobretudo no que tange os posicionamentos da cúpula da central nas temáticas que envolvem o mundo do trabalho e o sindicalismo.

2. Objetivo

O principal objetivo do presente trabalho é analisar o projeto de política sindical do SMCR ao longo da década de 1990 e apreender seus limites e potencialidades numa conjuntura socioeconômica recessiva, na qual foi hegemônico o ideário neoliberal, inclusive no interior da central sindical que esteve filiado no período.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos dados oficiais de órgãos como IBGE, SEADE e IPEA, que nos permitirão analisar o panorama socioeconômico do país e da Região no período analisado. No que tange à política sindical em Campinas, nos apoiaremos nas análises de documentos do Sindicato (Cadernos de Resoluções, Teses, etc.) e nos depoimentos de ex e atuais diretores sindicais. A política sindical cutista será analisada através da bibliografia sobre o tema.

4. Resultados

Este trabalho é parte de um projeto maior que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp e ainda carece de um quadro definitivo de resultados. Todavia, já pudemos constatar que o parque industrial da Região de Campinas acompanhou uma tendência de reestruturação produtiva ao longo da década de 1990 no Brasil, sobretudo através da criação de uma rede subcontratação de empresas (terceirização), criação dos CCQ's, introdução dos sistemas de qualidade total (CEP) e introdução de novas tecnologias (robótica, microeletrônica). No que tange à política de ação sindical, constatamos a importância dos grupos de fábrica, pelo menos até meados da década de 1990, na luta contra vários aspectos da reestruturação, sobretudo a intensidade do trabalho e o desemprego. Foi parcialmente constatado ainda que a diretoria do Sindicato manteve uma tensa relação com a CUT. A permanência na central durante o período é ainda objeto de pesquisa, porém podemos afirmar que os Governos

de Collor e FHC e suas tentativas de flexibilização das leis trabalhistas, bem como as políticas de recessão, contribuíram para tal.

5. Bibliografia

- ALVES, G.** *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R (ORG.).** *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **(ORG.)**. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CANO, W.&BRANDÃO C.A.** *A Região Metropolitana de Campinas*, 2 vols. São Paulo: Unicamp, 2002.
- FAYARDO, R.C.A.** *Qualidade e trabalho*. Dissertação de mestrado, São Carlos, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, UFSCAR, 2005.
- GALVÃO, A.** *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.
- _____. *Participação e fragmentação*. Dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1996.
- GIANNOTTI, V.&NETO, S.L.** *CUT ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *CUT: por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARCELINO, P.R.P.** *A logística da precarização*. São Paulo: Expressão Popular, 2004
- OLIVEIRA, E.** *Toyotismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004
- PINTO, G.A.** *A máquina automotiva em suas partes*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POCHMANN, M.** *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008
- PREVITALLI, F.S.** *Controle e Resistência na organização do trabalho no setor automotivo*. Dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002.
- _____. *As relações de subcontratação no setor de autopeças*. Dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1996.
- RODRIGUES, I.J.** *Sindicalismo e política*. São Paulo: Scritta, 1997.
- _____. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- SANTANA, M.A.&RAMALHO, J.R.** *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- TUMOLO, P. S.** *Da contestação à conformação*. São Paulo: Unicamp, 2002.